

Informe **Legislativo Estadual**

Nº 37/18 • Folhas 10 • Semana: 12 a 16 de novembro

⇒ PROJETOS DE LEI APRESENTADOS NESTA SEMANA:

Interesse Geral:

Foco: Pagamento DUDA - placa MERCOSUL

Projeto de Lei nº 4482/2018, de autoria do deputado Luiz Paulo, que "Dispõe sobre a isenção do pagamento do DUDA - Documento Único de DETRAN de arrecadação para alteração de placa anticlonagem no formato "MERCOSUL", no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências". Apresentado em 14/11/2018 e distribuído às Comissões de: → Constituição e Justiça → Transportes → Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle.

Síntese:

O proprietário do veículo automotor isento do pagamento dos DUDA's (Documento Único do Detran de Arrecadação) para a mudança da placa antiga para a nova placa anticlonagem no formato "MERCOSUL", determinada pelas Resoluções nº 729 e nº 733 do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, quando o proprietário tenha realizado a troca de placa nos últimos 05 (cinco) anos, com o pagamento do DUDA de Código 705-6.

A data para início da contagem do prazo inicia-se na data do pagamento do valor correspondente ao DUDA para a realização do serviço requerido, junto ao estabelecimento bancário.

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Tecnologia e Inovação:

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao Projeto de Lei nº 2022/2016, de autoria do deputado Chiquinho da Mangueira, que "Dispõe sobre a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento de startups, no âmbito do estado do Rio de Janeiro", favorável com emenda.

Defesa do Consumidor

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao Projeto de Lei nº 2837/2017, de autoria da deputada Zeidan, que "Determina a obrigatoriedade do fornecimento do protocolo de atendimento por parte das entidades empresariais ou comerciais que realizam assistência técnica a consumidores de produtos e serviços e dá outras providências", favorável com emenda.

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer do relator, deputado Carlos Osório, ao Projeto de Lei nº 717/2015, de autoria dos deputados Bruno Dauaire e Luiz Paulo, que "Regulamenta a responsabilidade dos fornecedores sobre a obsolescência programada de seus produtos no estado do Rio de Janeiro", favorável, com as emendas da Comissão de Constituição e Justiça.

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer do relator, deputado André Lazaroni, ao Projeto de Lei nº 2366/2017, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Altera a Lei nº 7.077, de 09 de outubro de 2015, para estender os benefícios de novas promoções a clientes preexistentes a todos consumidor de serviço contínuo, na forma que menciona", favorável, com a emenda da CCJ.

Educação:

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer favorável do relator, deputado Wanderson Nogueira, ao Projeto de Lei nº 2225/2016, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, que "Altera a Lei nº 4.528, de 28 de março de 2005, que estabelece as diretrizes para a organização do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro", com voto em separado do deputado Osório, favorável com as emendas da CCJ.

Meio Ambiente

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer do relator, Waldeck Carneiro, ao Projeto de Lei nº 592/2011, de autoria dos deputados Bernardo Rossi e Samuel Malafaia, que "Obriga as empresas potencialmente poluidoras, localizadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a contratarem pelo menos um responsável técnico ambiental", favorável, com as emendas da Comissão de Saneamento Ambiental e com a emenda nº 01 da Comissão de Meio Ambiente.

Indústria Transporte Coletivo

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer favorável do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao Projeto de Lei nº 2462/2017, de autoria da deputada enfermeira Rejane, que "Estabelece o ônibus lilás, no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências".



Indústria da Construção Civil

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer contrário do relator, deputado Carlos Osório, ao Projeto de Lei nº 1210/2015, de autoria dos deputados Geraldo Pudim e Luiz Paulo, que "Dispõe sobre tratamento tributário especial para estabelecimentos que beneficiem e/ou industrializem produtos aplicados na construção civil".

Indústria Farmacêutica

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer contrário do relator, deputado Carlos Osório, ao Projeto de Lei nº 1428/2016, de autoria da então deputada Ana Paula Rechuan, que "Proíbe a propaganda de medicamentos e similares nos meios de comunicação do estado do Rio de Janeiro".

Indústria de Linha Cortante

APROVADO na Comissão de Economia, Indústria e Comércio o parecer do relator, deputado André Lazaroni, ao Projeto de Lei nº 638/2015, que "Altera a Lei nº 3.673, de 16 de outubro de 2001, para reajustar as multas administrativas pela industrialização e comercialização de linhas cortantes e de cerol, na forma que menciona", favorável às emendas 04 e 05 e contrários às emendas nºs 01, 02 e 03.

Interesse Geral:

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Luiz Paulo, ao Projeto de Lei nº 2707/2017, de autoria do deputado Figueiredo, que "Dispõe sobre o dever de inserção do símbolo mundial da conscientização Do Transtorno do Espectro Autista - TEA, nas placas de atendimento prioritário", pela constitucionalidade.

OFÍCIO CCJ:

→ N° 134 de 07 de novembro de 2018

A Constituição e Justiça e Justiça anexou o PL 3052/2017, de autoria do deputado Carlos Minc, que "Institui a política estadual de apoio à agricultura urbana na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e estabelece seus mecanismos e dá outras providências", ao PL 2381/2017, dos deputados Nivaldo Mulim e outros, que "Dispõe sobre a política estadual de apoio à agricultura urbana e dá outras providências", por se tratarem de matérias correlatas.

Alguns projetos de lei que se encontram na pauta da



Comissão de Constituição e Justiça - reunião dia: 21/11/2018, as 13:00hs

Relator: deputado André Lazaroni

- PL 2014/16 (emendas de plenário) institui a taxa de segurança preventiva no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- PL 2729/17 (emendas de plenário) obriga as empresas prestadoras de serviços públicos ou privados a informarem em suas cobranças a eventual existência de débitos.

Relator: deputado Filipe Soares

- PL 4221/18 - obriga a disponibilização, em emergências de unidades de saúde pública e privada no estado do Rio de Janeiro, do telefone, horários de atendimento e endereço do plantão judiciário mais próximo, na forma que menciona.

Relator: deputado Gustavo Tutuca

- PL 3180/17 dispõe sobre as empresas preencherem 3% (três por cento) do seu quadro de pessoal com trabalhadores com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- PL 3900/18 dispõe sobre a vedação à inclusão de material de uso coletivo na lista de material escolar/didático fixado por instituições de ensino privado da educação básica do estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.

Relator: deputado Luiz Paulo

- PL 2999/17 dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de fornecer gratuitamente Equipamento de Proteção Individual EPI para agricultor familiar e ou trabalhador rural que esteja constantemente exposto a produtos perigosos.
- PL 3662/17 dispõe sobre a criação do guia de informação dos serviços relativos à saúde da mulher e do homem na rede pública e privada de saúde do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Relator: deputado Rafael Picciani

- PL 2570/17 cria o programa estadual de ressocialização pelo trabalho.
- PL 3047/17 altera a lei n°2831 de 13 de novembro de 1997, na forma que menciona (obrigatória à colocação de placas informativas sobre contratos celebrados para a execução de obras, em local próximo ao de sua realização, sem prejuízo de outras formas de publicidade previstas em legislação específica).



⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Publicação da redação do vencido:

- → PL 1123-A/15 obrigatoriedade da fabricação de etiquetas em braile e letras ampliadas em peças de vestuário.
- → PL 2350-A/17 destinação de dois por cento dos recursos arrecadados com as multas da Lei Seca para a Fundação para a Infância e Adolescência (FIA).
- → PL 3358-A/2017 Cria a linha social de transporte hidroviário urbano de passageiros, ligando a Praça XV e a Baía de Sepetiba.

Sessão Plenária: Dia: 13/11/2018

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO a redação do vencido do **Projeto de Lei nº185-A/2015**, de autoria do deputado Zito, que "Dispõe sobre a reativação da estação ferroviária São Bento e dá outras providências". **Vai a autógrafo**.

APROVADO a redação do vencido do **Projeto de Lei nº 2188-A/2016**, de autoria do deputado Dr. Julianelli, que "Cria o programa de incentivo à produção de polpas de frutas regionais pelos pequenos produtores rurais no estado do Rio de Janeiro", **vai a autógrafo**.

APROVADO a redação do vencido do **Projeto de Lei nº 4107-A/2018**, de autoria do deputado Carlos Minc, que "Dispõe sobre a execução das técnicas radiológicas exclusivamente por técnicos e tecnólogos em radiologia, nos termos da lei federal nº 7.394/1985, e dá outras providências". **Vai a autógrafo**.

APRECIADO o Projeto de Lei 4200-A/2018 (redação do vencido), de autoria do deputado Marcus Vinicius, que "Altera a Lei nº 7.957 de 15 de maio de 2018, pra tornar obrigatório, aos estabelecimentos comerciais, o uso de canudos e copos fabricados com produtos biodegradáveis em substituição aos descartáveis de material plástico comum". O PL recebeu 6 (seis) emendas e retorna às Comissões.

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2948/2014**, de autoria da deputada Cidinha Campos, que "Altera a lei 4129, de 16 de julho de 2003, que obriga os supermercados a divulgar com destaque a data de vencimento da validade dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos". **Vai a autógrafo**.



1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 100/2015, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Altera a Lei nº 6.439, de 26 de abril de 2013, que dispõe sobre o programa de incentivo à modernização, renovação e sustentabilidade da frota de caminhões do estado do Rio de Janeiro". O PL retorna em 2ª discussão.

APROVADO o parecer da CCJ¹ proferido ao Projeto de Lei nº 1162/2015, de autoria do deputado Jorge Felipe Neto, que "Dispõe sobre na obrigatoriedade de instalação de câmaras de vídeo nas áreas internas das composições de transporte coletivos dos modais que operam sobre trilhos e dá outras providências". O PL retorna ao autor para elaborar a indicação simples.

APROVADO o Projeto de Lei nº 1342-A/2015, de autoria dos deputados Nivaldo Mulim e Tio Carlos, que "Obriga as escolas públicas e privadas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a disponibilizarem cadeiras em locais determinados aos portadores de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade - TDAH", na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. Vai a autógrafo.

APROVADO o Projeto de Lei nº 3358/2017, de autoria da deputada Lucinha, que "Cria linha social de transporte hidroviário urbano de passageiros ligando a Praça XV e a Baía de Sepetiba", com emenda apresentada pela CCJ. OPL emendado vai à redação do vencido para 2ª discussão.

Sessão Plenária: Dia: 14/11/2018

2ª DISCUSSÃO:

Continuação da votação - redação do vencido.

APROVADO o Projeto de Lei nº 2832-A/2017, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com empresas de manutenção automotiva para os fins que especifica". O texto aprovado vai a autógrafo.

EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO - ASSIM EMENDADA

APROVADO o Projeto de Lei nº 4243-A/2018, de autoria dos deputados André Lazaroni e André Ceciliano, que "Dispõe sobre a criação do plano estadual de livro, leitura, literatura e biblioteca - PELLLB-RJ no estado do Rio de Janeiro". O texto aprovado vai a autógrafo.

¹ Parecer da Comissão de Constituição e Justiça — pela transformação em indicação simples.



APROVADO o Projeto de Lei nº 1954-A/2016, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que "Torna a varrição, coleta, remoção, tratamento, reciclagem, separação e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, rejeitos e outros resíduos quaisquer, serviços ambientais essenciais à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde pública da população e à preservação da fauna e da flora, em defesa das presentes e futuras gerações", com emenda de redação. Vai a autógrafo.

APROVADO o Projeto de Lei nº 2952-A/2014, de autoria da deputada Cidinha Campos, que altera a lei nº 3.977, de 4 de outubro de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade de impressão, em copos descartáveis, da respectiva capacidade de mililitros estampados e visíveis. Vai a autógrafo.

APROVADO o Projeto de Lei nº 2007-A/2016, de autoria do deputado Renato Cozzolino, que "Dispõe sobre a inclusão de cláusula nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel e dá outras providências". O PL recebeu uma emenda e retorna as Comissões.

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 4449/2018, de autoria dos deputados Dr. Julianelli e Gilberto Palmares, que "Altera a lei nº 4119, de 1º de julho de 2003, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários a sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes e dá outras providências". Retorna em segunda discussão.

APROVADO o Projeto de Lei nº 432/2011, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Determina procedimentos quando da realização de obras em rodovias estaduais, conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito e dá outras providências", com a emenda da CCJ. O texto aprovado vai à redação do vencido para segunda discussão. (publicação da redação do vencido no DO de 16/11/18)

APRECIADO o Projeto de Lei nº 2886/2014, de autoria do deputado Carlos Minc, que "Regulamenta o art. 25 da lei 3325/99, que dispõe sobre a destinação de recursos do fundo estadual de conservação ambiental e desenvolvimento urbano - FECAM, para programas e projetos de educação ambiental". O PL recebeu 3 emendas e retorna às Comissões Técnicas para análise das emendas.

APRECIADO o Projeto de Lei nº 2291/2016, de autoria dos deputados Lucinha e outros, que "Dispõe sobre a reserva preferencial para distribuição ou venda de unidades habitacionais no âmbito do estado do Rio de Janeiro." O PL recebeu três emendas e retorna às Comissões Técnicas.



Projetos de lei abaixo citados estão incluso nas pautas da ordem do dia

Dia: 21/11/18 Hora: 15:00

Em regime de prioridade - em discussão prévia - 1º dia

(sujeito a disposições especiais de acordo com os artigos 197 a 201 do regimento interno)

PL 4443/2018, de autoria do Poder Executivo (mensagem n° 36/2018), que estima a receita e fixa a despesa do estado do rio de janeiro para o exercício financeiro de 2019. (retorna a pauta no dia 22/11/18)

PL 4444/2018, de autoria do Poder Executivo (mensagem n° 37/2018), que dispõe sobre a revisão do plano plurianual 2016-2019, instituído pela lei n° 7.211, de 18 de janeiro de 2016. (retorna a pauta no dia 22/11/18)

Em 2ª discussão

PL 4449/2018 - altera a lei n° 4.119, de 1° de julho de 2003, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários a sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes e dá outras providências.

Em 1ª discussão

PL 2837/2017 - determina a obrigatoriedade do fornecimento do protocolo de atendimento por parte das entidades empresariais ou comerciais que realizam assistência técnica aos consumidores de produtos e serviços e dá outras providências.

PL 2462/2017 - estabelece o ônibus lilás, no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.

Incluído na ordem do dia de acordo com o § 3º do artigo 47 do regimento interno.

Em tramitação ordinária em votação, em 2ª discussão - redação do vencido

PL 2549-A/2017- dispõe sobre as condições adequadas de repouso ofertadas aos funcionários que trabalham em shoppings centers no âmbito do estado do rio de janeiro.



Incluído na ordem do dia de acordo com o § 1º do artigo 47 do regimento interno.

Em tramitação ordinária em 1ª discussão

PL 2457/2017 - que dispõe sobre a venda de sinalizadores de emergência no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.

Dia: 22/11/18 Hora: 15:00

Em 2ª discussão - redação do vencido - assim emendada

PL 826-A/2015 - institui o programa estadual de acolhimento de refugiados no estado do Rio de Janeiro.

Em 2ª discussão - redação do vencido

PL 2851-A/2014 - cria o programa estadual de reuso de efluentes das Estações De Tratamento de Esgoto - ETE's, para fins industriais, estabelece incentivos para sua implementação e dá outras providências.

Em 1ª discussão

PL 717/2015 - regulamenta a responsabilidade dos fornecedores sobre a obsolescência programada de seus produtos no estado do Rio de Janeiro.

Em votação, em discussão única

Relator: deputado Marcos Abrahão.

Requerimento nº 489/2018, de autoria da Comissão Especial instituída pelo requerimento nº 286/2017, que solicita a prorrogação do prazo de funcionamento da comissão especial para tratar de assuntos referentes à despoluição da Lagoa de Araruama.

prazo final: 24/10/2018.

Incluído na ordem do dia de acordo com o § 3º do artigo 47 do regimento interno.

Em tramitação ordinária em votação, em 1ª discussão



PL 24/2015 - proibição de cobrança de tarifa de esgoto incidente sobre as práticas sustentáveis de reaproveitamento e uso das águas das chuvas.

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

AGORA É LEI:

Lei nº 8158 de 12 de novembro de 2018

Oriunda do PL 1339/15

Autores: Márcio Canella e Waguinho

Institui a campanha estadual antitabagismo nas escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro. (DO-13/11/18).

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 46.491 de 12 de novembro de 2018

Altera o Decreto nº 27.427, de 17 de novembro de 2000, que aprova o regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação. (DO-13/11/18).

Decreto nº 46.496 de 14 de novembro de 2018

Altera o Decreto nº 46.453, de 10 de outubro de 2018, que dispõe sobre a aplicação da Lei Complementar estadual nº 182, de 20 de setembro de 2018. (ICMS destinado ao FECP e ao FEEF). (DO-I de 16/11/18).

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Resolução SEFAZ nº 342 de 08 de novembro de 2018

Dispõe sobre o tratamento fiscal a ser adotado nas operações de comercialização de mercadorias, no âmbito da Feira da Providência. (DO-13/11/18).

Subsecretaria de Gestão

Portaria SUBGEST n° 35 de 09 de novembro de 2018

Estabelece procedimentos e critérios que serão adotados pela SUBGEST para a análise e autorização da contratação de seguros, conforme Decreto Estadual nº 25.731/1999. (DO-I de 12-11-18).

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.

